

UNIDADE DIDÁTICA XVII – ÁFRICA: DA DESCOLONIZAÇÃO AO FINAL DO SÉCULO XX

1. A CRISE DO COLONIALISMO EUROPEU NA ÁFRICA PÓS-1945

O marco inicial da crise enfrentada pelo sistema colonial africano teve origem simultânea ao fim da II Guerra Mundial, onde os países envolvidos estimularam o sentimento de nacionalismo nascente no continente negro, a fim de desestabilizar seus oponentes. No contexto da Guerra Fria, EUA e URSS também apoiaram fortemente os movimentos emancipatórios, buscando ampliar sua esfera de atuação e influência mundial.

As sociedades africanas e também asiáticas não mais aceitaram a dominação formal ou informal, direta ou indireta, do colonialismo e nem do neocolonialismo desenvolvidos através de práticas econômicas imperialistas. Os movimentos nacionalistas eclodiram em praticamente todo continente africano. A mobilização das populações somada à crise do colonialismo, diretamente associada à quebra econômica vivida no pós-guerra pelos países envolvidos, fez nascerem os chamados países não-alinhados, ou de terceiro mundo. Esses não aderiram às convencionais disputas das nações europeias, nem ao mundo bipolar do pós-guerra.

A situação financeira das potências coloniais europeias estava passando por turbulências nesse período. Essa fragilidade econômica vivida na Europa dificultou a manutenção das colônias, inclusive pela necessidade de manter nas regiões coloniais forças militares, representando um alto custo para as metrópoles.

Os governos e a própria população viviam momentos contraditórios. Para aqueles países que combateram no conflito, não seria condizente manterem submetidos outros povos. Nas metrópoles, o sentimento anticolonialista emergiu e sufocou o antigo orgulho de possuir colônias.

Os próprios africanos de diversas regiões foram chamados para combater na Guerra, e foi no campo de batalha que os dominados tiveram o primeiro contato com ideia de autonomia.

Outro fator internacional de grande relevância foi o direito de autodeterminação dos povos, fortemente pregado pela Organização das Nações Unidas – ONU, organização também surgida no contexto da Segunda Guerra Mundial. A ONU, assim como o cenário internacional, acreditava que cada Estado

deveria ter o direito de escolher sua forma de governo, pressionando cada vez mais os países formalmente colonialistas a abrir mão de suas administrações extraterritoriais.

Os impérios coloniais não tinham outro caminho, estavam fadados ao fim, mesmo com seu fim formal, cabe aqui observarmos a reflexão que nos propõe LINHARES (2008:40);

Restara sempre uma pergunta: o imperialismo como sistema jurídico-político-militar chegará ao fim na década de 1980; no entanto, que novas formas de dominação irão favorecer e consolidar a divisão do mundo entre ricos e pobres e com que novas ou velhas justificativas?

Mesmo pós-independência, os laços com as metrópoles eram mantidos através dos mecanismos capitalistas de subordinação. Vinte e nove Países africanos e asiáticos, recém independentes, participaram da Conferência de Bandung (1955), na Indonésia, que deu início ao movimento dos países não-alinhados, onde foram estabelecidas as bases para o apoio à independência e à autodeterminação, para a condenação do colonialismo e da segregação racial e para a busca de alternativas para as novas nações em surgimento.

2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PAÍSES AFRICANOS

Assim como os projetos colonialistas diferiam, as independências de suas colônias também. Podemos dizer que, de forma geral, colônias de domínio inglês e francês emanciparam-se “pacificamente”, obviamente com algumas exceções, como o Quênia e a Argélia. A independência argelina foi, provavelmente, o confronto de independência nacional mais sangrento enfrentado no continente africano. De um lado estava uma elite local de forte ligação com a França e de outro a FLN - Frente pela Libertação Nacional. Essa elite minoritária não queria romper os laços com a França, enquanto a FNL lutava pela independência. O saldo do longo conflito foi de muitas baixas em ambos os lados. Também cabe aqui salientar que em outras colônias, assim como ocorreu nas inglesas, a emancipação veio de forma “pacífica”, ou com mínimos conflitos armados.

Mesmo que orientações gerais internacionais buscassem guiar o processo de independência e formação dos países africanos, esses se formaram com características específicas e próprias, de acordo com as divisões arbitrárias a que estiveram condicionados durante o período colonial, com a localização estratégica, com o seu potencial geopolítico e outras particularidades. Aquelas independências pacíficas, realizadas por meio de acordos, sempre buscaram, de alguma forma, manter a dominação econômica sobre a região.

As colônias belgas foram as que sofreram o maior número de conflitos regionais étnicos. Na região do Congo, por exemplo, os movimentos pró-independência foram fortemente marcados pela violência dos conflitos internos, somados às ambições internacionais na região (por recursos naturais). Após a proclamação da independência, em 1960, conduzida pelos líderes do Movimento Nacional Congolês (Patrice Lumumba) e da Associação do Baixo Congo (Joseph Kasavubu), teve início uma série de movimentos separatistas internos, de acordo com os interesses de cada grupo étnico envolvido, quadro remanescente da divisão arbitrária praticada na partilha colonial. Para o cenário internacional, esses conflitos foram de grande valia, pois a bipolaridade mundial buscava fomentar as independências objetivando alinhar os novos países africanos, tornando-os aliados do bloco soviético ou norte americano.

Em decorrência dos interesses internacionais, não foram raros os casos de deposição de líderes tradicionais e ligados aos movimentos de independência e a ascensão de novos governantes ao poder nos novos países africanos. Quase sempre por intermédio de assassinatos e conflito armado. Esses movimentos sangrentos têm refletido até hoje na região.

Uma das causas mais importantes na geração de conflitos na independência dos países africanos foi a partilha feita pelas potências europeias. Tribos e etnias distintas passaram a ocupar o mesmo território, enquanto outras, com afinidades seculares, foram divididas por linhas traçadas em gabinetes.

Paralelamente aos movimentos de libertação nacional, surgiu o conceito de pan-africanismo. O pan-africanismo é uma ideologia que propõe a união de todos os povos de África como forma de potencializar a voz do continente no contexto internacional. Relativamente popular entre as elites africanas ao longo das lutas pela independência na segunda metade do século XX, e em parte responsável pelo surgimento da Organização de Unidade Africana, o pan-africanismo tem sido mais

defendido fora de África, pelos descendentes dos escravos africanos que foram levados para as Américas e pelos emigrantes mais recentes. Esse conceito tentou unir os povos africanos em torno de um mesmo objetivo: combater o colonialismo no continente. Entretanto, a rivalidade étnica interna, logo após os movimentos de independência, inviabilizou esse processo.

Segundo Linhares (2008), o processo de descolonização não está concluído até os dias atuais, pois ainda está incompleta a autodeterminação e o bem-estar dos povos africanos.

3. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESAS NA ÁFRICA

Nas colônias europeias sempre existiram movimentos de oposição e resistência à presença das potências coloniais. Porém, ao longo do século XX, o sentimento nacionalista — fortemente impulsionado pelas primeira e segunda guerras mundiais — era patente em todas as movimentações europeias, pelo que não será surpreendente notar o seu alastramento às colônias, já que também muitos dos seus nativos nas guerras participaram, expondo o paradoxo da celebração da vitória na luta pela libertação, em território colonial, ainda submetido e dependente.

Por outro lado, também as grandes potências emergentes da II Guerra Mundial — os Estados Unidos da América e a União Soviética, alimentavam — quer ideologicamente, quer por razões econômicas — a formação de grupos de resistência nacionalista, durante a sua disputa por zonas de influência. É neste contexto que a Conferência de Bandung, em 1955, irá conceder voz própria às colônias que enfrentavam os mesmos problemas e procuravam uma alternativa ao simples alinhamento no conflito bipolar. As superpotências eram, assim, chamadas a considerar de outra forma e com outro peso as reivindicações do chamado Terceiro Mundo, quer para manter o equilíbrio nas relações internacionais da Guerra Fria, quer para canalizar os sentimentos autonomistas para o seu benefício, como zona de influência. A influência externa nas colônias perdia a orientação meramente separatista e desestabilizadora, e inseria-se na necessidade de um efetivo apoio - ou entrave - nas relações com os países colonizadores.

No final da década de 1950, as Forças Armadas portuguesas viam-se confrontadas com o paradoxo da situação política gerada pelo Estado Novo Português, que havia se sustentado desde 1926: por um lado, a política de neutralidade portuguesa na II Guerra Mundial colocava as Forças Armadas Portuguesas afastadas de um eventual confronto Leste-Oeste; por outro, aumentava, na perspectiva do regime, a responsabilidade na manutenção da soberania sobre os vastos territórios ultramarinos, onde a tensão do pós-guerra avizinhava lutas independentistas. Contudo, os mesmos dirigentes que afastaram Portugal da luta pela libertação europeia, optaram por integrar o país à estrutura militar da OTAN, num desejo de se aliar aos vencedores, em detrimento da preparação para as ameaças nas colônias, terras entendidas como imprescindíveis para a sobrevivência nacional.

Esta integração de Portugal na Aliança Atlântica iria formar uma elite de militares que se tornaria indispensável para o planeamento e condução das operações durante a Guerra do Ultramar. Esta "geração NATO" ascenderia rapidamente aos mais altos cargos políticos e de comando, sem necessidade de dar provas de fidelidade para com o regime. A Guerra Colonial estabelecia, assim, incompatibilidades entre a estrutura militar — fortemente influenciada pelas potências ocidentais, de regime democrático — e o poder político. Alguns analistas consideram que o chamado “Golpe Botelho Moniz” (uma tentativa de golpe de estado em Março/Abril de 1961 em Portugal, efetuada por oficiais liberais e dirigida pelo general Botelho Moniz) marcou o início desta ruptura, bem como a origem da desconfiança do regime em relação à manutenção de um único centro de comando, perante a ameaça do confronto com a força armada.

A Guerra de Libertação (designação mais utilizada pelos africanos independentistas), o período de confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, ocorreu entre 1961 e 1974. Na época, era também referida em Portugal como Guerra de África. O início deste episódio da história militar portuguesa foi em Angola, a 4 de fevereiro de 1961. A Revolução dos Cravos em Portugal, a 25 de Abril de 1974, determinou o seu fim. Com a mudança do rumo político do país, o empenho militar das Forças Armadas Portuguesas nas colônias deixou de fazer sentido. Os novos dirigentes anunciavam a democratização do país e predispunham-se a aceitar as reivindicações de

independência das colônias — pelo que passaram a negociar as fases de transição com os movimentos de libertação empenhados na luta armada.

Ao longo do seu desenvolvimento, foi necessário aumentar progressivamente a mobilização das forças portuguesas, nos três teatros de operações na África, de forma proporcional ao alargamento das frentes de combate que, no início da década de 1970, atingiria o seu limite crítico. Pela parte portuguesa, a guerra sustentava-se pelo princípio político da defesa daquilo que considerava território nacional, baseando-se ideologicamente num conceito de nação pluricontinental e multirracial. Pelo outro lado, os movimentos de libertação justificavam-se com base no princípio inalienável de autodeterminação e independência, num quadro internacional de apoio e incentivo à luta.

4. A FORMAÇÃO DOS PAÍSES AFRICANOS DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA (PALOP)

A luta dos movimentos emancipatórios locais, que datavam de há muito no continente africano, chegou tardiamente às colônias portuguesas, quando comparadas às demais do continente. O atraso da penetração dos movimentos liberais nas províncias ultramarinas portuguesas deveu-se ao momento político vivido na metrópole. Portugal estava nas mãos do ditador Antônio Salazar, regime que durou até o ano de 1974, quando a democracia retornou ao país. Somente neste momento, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, efetivaram sua emancipação.

As chamadas independências tardias tiveram início por volta do ano de 1960. No final dessa década grande parte do exército português estava lotado no continente africano, a fim de impedir o crescente movimento pela libertação. A essa altura, o apoio era total aos africanos. As sociedades internacionais, nas mais distintas esferas, não aceitavam mais a dominação branca sobre a África. Inclusive, a dominação deixava de ser tão lucrativa ao novo modelo econômico mundial (uma nova fase capitalista).

Os acordos propostos por Portugal não mais serviram aos africanos, o aceno de mais autonomia não conquistou a permanência do domínio. Somente quando jovens oficiais puseram fim ao governo salazarista (Revolução dos Cravos) que a

era dos impérios coloniais ou neocoloniais chegou ao fim, no âmbito da dominação formal.

Os debates acerca da emancipação de Cabo Verde giraram principalmente em torno de questões de terras e sua falta de distribuição, devido ao regime de exploração do trabalho. Podemos dizer que a independência dessa colônia foi promovida pelo esforço dos militantes do PAIGC, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, fundado no ano de 1956.

Em 1975 se deu a independência de Cabo Verde, oficializada por meio de uma cerimônia simbolicamente trabalhada pelos militantes do PAIGC (que mostraram sua influência sobre a população). A cerimônia contou com a presença de chefes de outros estados de além África, deixando claro o reconhecimento internacional.

Portugal montou um governo de transição, composto por representantes portugueses e cabo-verdeanos. A transição de poder conjunta permitiu conciliar características da administração e do aparelho colonial com as inovações de uma política independente. A nova política previu modificações estruturais na questão de terras, dos meios de produção, da escolarização, tendo como preocupação central combater os atrasos social, econômico e político, vividos pelo povo quando colônia portuguesa.

A independência da Guiné-Bissau se deu de forma unilateral, no ano de 1973, tendo sido reconhecida em 1974. Na Guiné-Bissau, o movimento de libertação também chegou pelas mãos do PAIGC. Porém, a luta armada contra as tropas portuguesas foi mais efetiva.

O foco do movimento de libertação em Guiné-Bissau não foi diferente das demais colônias africanas. Mais uma vez, um dos maiores esforços foi a questão da unidade interna, ou seja, grupos étnicos rivais manterem-se unidos para combater uma causa maior (o neocolonialismo português).

Portugal buscou implementar políticas amplas que beneficiassem a população local, com intuito de ganhar sua simpatia e afastá-la do crescente movimento de libertação. Porém os movimentos haviam atingido proporções sem chance de retrocesso.

O movimento pela libertação de São Tomé e Príncipe teve impulso na II Guerra Mundial. O clamor de pequenos grupos existentes anteriormente foi substituído por um movimento organizado e coletivo. Nasceu o sentimento

anticolonialista e nacionalista, baseado na construção de uma identidade são-tomense, onde todos os não brancos se incluíam.

Pode-se dizer que a transição foi pacífica e ocorreu no ano de 1974, também com o fim da ditadura vivida em Portugal. O Partido mais atuante em São Tomé, o MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, formou com os representantes locais de Portugal o governo de transição. Muitos dos portugueses ali instalados deixaram o país, temendo os radicais do partido e o racismo contra os brancos. O êxodo branco fez acentuar a crise econômica e dificultar a construção de um Estado-Nação sólido.

No caso angolano, os movimentos de libertação nacional foram três: a UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola, a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola, e a MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. Esses grupos promoveram grandes enfrentamentos com as forças portuguesas, que por sua vez deslocou grande efetivo para combater o movimento e manter sua colônia.

O conflito iniciou em 1961 e durou até 1974. Logo que assumiu após a Revolução dos Cravos, o governo democrático português iniciou as negociações com os movimentos de libertação. O governo de transição foi constituído nos anos de 1974/1975. A independência formal ocorreu no ano de 1975 e, com ela, cresceu o latente conflito interno entre os grupos UNITA, FNLA e MPLA, todos com intuito de tomar o poder.

O MPLA, que controlava a capital, Luanda, proclamou a Independência da República Popular de Angola às 23:00 horas do dia 11 de Novembro de 1975, pela voz de Agostinho Neto, culminando assim o périplo independentista, iniciado no dia 4 de Fevereiro de 1961, com a luta de libertação nacional, estabelecendo o governo em Luanda com a Presidência entregue ao líder do movimento. Holden Roberto, líder da FNLA, proclamava a Independência da República Popular e Democrática de Angola à meia-noite do dia 11 de Novembro, no Ambriz. Nesse mesmo dia, a independência foi também proclamada em Nova Lisboa (Huambo), por Jonas Savimbi, líder da UNITA.

No caso angolano, o conflito interno foi bastante expressivo e violento, pois os diferentes grupos foram apoiados por potências internacionais (cenário da Guerra Fria e do mundo bipolar), somado à atuação de países já independentes do continente, como a África do Sul e o Zaire. Nascia uma nova nação africana,

devastada pelos conflitos internos incessantes. Cabe destacar que o país é o segundo maior produtor de petróleo e exportador de diamante da África Subsaariana, o que despertou a cobiça internacional sobre seu destino pós-independência.

A retirada de capital e dos próprios portugueses residentes no país deixou o governo nas mãos da MPLA, o primeiro representante oficial do governo angolano para alguns países (como o Brasil), mas sem ser reconhecido por outras nações, dentro e fora do continente (a MPLA contava com o apoio de países comunistas, como a URSS e Cuba, o que afastou o reconhecimento dos países alinhados com os EUA). Os conflitos na região só chegaram ao fim, no ano de 2002, com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Moçambique teve sua independência reconhecida por Portugal no ano de 1975, depois de dez anos de conflitos de libertação. O principal movimento de libertação nacional foi a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, criada no ano de 1962, de orientação comunista. O conflito com Portugal teve fim com o Acordo de Lusaka, assinado entre o governo português e a FRELIMO, onde os últimos tinham poder de nomear o Chefe de Estado. A FRELIMO enfrentou a oposição da RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana, apoiada pela África do Sul e seu regime racista.

Foi formado um governo de transição, como ocorreu nas demais colônias portuguesas. Devido à proximidade com a África do Sul, e a prática do regime do *Apartheid*, a população negra de Moçambique (esmagadora maioria), disseminou o “preconceito” contra os brancos, causando um rápido êxodo dessa população nos primeiros anos do pós independência. Moçambique enfrentou uma grave crise de mão-de-obra especializada, fator determinante para o nascimento de um Estado enfraquecido. O estabelecimento de relações com os países ocidentais só se deu após a queda do Muro de Berlim, permitindo o início da captação de recursos econômicos para o país, que até hoje sofre de sérias crises financeiras.

Moçambique, após a independência, aderiu ao socialismo, adotando o nome de República Popular do Moçambique, com o partido único nas mãos da FRELIMO. A administração socialista não teve êxito, pois a crescente pobreza sofrida pela população, associada à guerra civil de 1976 a 1992, fez com que, na metade da década de 80, o país negociasse com organismos internacionais capitalistas.

A guerra civil terminou com a assinatura de um acordo com a RENAMO. A Constituição de 1990 introduziu no sistema político moçambicano a possibilidade da organização de partidos políticos. As primeiras eleições multipartidárias realizaram-se em 1994, com a participação de vários partidos. A FRELIMO foi o partido mais votado, passando a ter maioria no parlamento e a constituir governo, a despeito das denúncias pela RENAMO de irregularidades eleitorais.

A sigla PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) é utilizada para se referir ao grupo criado em 1996 e formado por seis países lusófonos africanos. Cinco dos membros foram colonizados por Portugal, conforme abordamos anteriormente: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. O sexto componente é a Guiné Equatorial, que em 2007 adotou o português como língua oficial.

O PALOP é comumente confundido com a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que é uma organização assinada entre países lusófonos (de todos os continentes), que instiga a aliança, a cultura, a educação, a preservação da língua portuguesa e as relações comerciais entre os signatários. A CPLP foi criada em 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar a independência, o Timor-Leste foi acolhido como país integrante.

5. A ÁFRICA DO SUL E O REGIME DO APARTHEID

A atual África do Sul foi colonizada inicialmente por holandeses e posteriormente por ingleses. Conquistou sua independência no ano de 1910. O poder sempre esteve nas mãos de uma minoria branca e, no contexto pós-independência, não foi diferente. Restrições raciais acentuaram-se, chegando ao ápice em 1948, com formal estabelecimento do Regime do *Apartheid*, ou seja, a segregação racial propriamente dita e oficializada pela Constituição Sul-Africana.

As leis de segregação racial foram várias. Por exemplo, "O Ato de Terras Nativas", onde vigorava a proibição de aquisição de terras por parte dos negros, impossibilitando sua ascensão social, bem como criando condições para o surgimento dos guetos, marginalizando cada vez mais os negros, que representavam mais de 80% da população. As "Leis do Passe" obrigava os negros

que trabalhassem em território branco a portar passaporte. O documento permitia sua circulação nestas áreas, porém, em determinados horários. A mobilização dos negros marginalizados não tardou. Ações como a queima dos passaportes e greves ocorreram, sinalizando o descontentamento e a reação ao regime.

No cenário internacional tal política não teve boa aceitação. As restrições, principalmente econômicas, para com o país foram muitas, fator determinante para o recuo dos sul-africanos na política de segregação racial.

O fim do *apartheid* ocorreu no ano de 1992, pelas mãos do presidente Frederik de Klerk, que implantou a plena democracia, com eleições no ano de 2004. Ascendeu ao poder Nelson Mandela, preso por 27 anos durante o regime do *apartheid*, por tê-lo combatido e lutar pela igualdade entre os sul-africanos. Com sua posse, foi encerrado definitivamente o regime de segregação racial.

A importância estratégica da África do Sul para o ocidente é visível. É a ligação obrigatória entre o Atlântico e o Índico, é rota de passagem obrigatória para a navegação entre regiões importantes no mundo, é um enclave democrático no continente menos tocado por este regime, é importante fornecedora de recursos naturais como: ouro, diamantes, carvão, ferro, minérios, cromo e urânio, e possui uma base industrial e de serviços que tem se desenvolvido muito nos últimos anos.

6. AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA E A COOPERAÇÃO SUL-ATLÂNTICA NO SÉCULO XX

Apesar do fato de quase metade da população brasileira ser constituída de afro-descendentes (e das semelhanças culturais comuns), do continente africano encontrar-se próximo e fazer parte do nosso cenário geopolítico e de existir uma inegável complementaridade econômica, a África sempre foi uma frente secundária (e tardia) de nossa diplomacia. O apoio ao colonialismo português e a convivência com o Apartheid, existentes até o governo Juscelino Kubitschek e ainda no início do regime militar, comprometeu a imagem do Brasil por muito tempo. Penha (2008:1) atribui ao Atlântico Sul concepções próprias relacionadas às ideias de “bacia”, “rota

marítima” e “vazio de poder¹”, conceitos definidos por Portugal, país que deu início às relações no eixo Sul-Sul.

A cooperação teria nascido de uma associação do vazio de poder, de condições geográficas favoráveis e de uma tradição histórico – cultural. O Brasil, observando tais fatores, colocou ultimamente a África no centro de sua política externa. Com as independências e a consequente ausência de poder estrangeiro no continente africano, o Brasil buscou projetar-se como um país anti-imperialista e etnicamente multirracial.

Segundo Mourão (2006:213), as aproximações do Brasil com a África fazem parte da inserção do Brasil no cenário mundial e esse modelo de política externa teria iniciado após a II Guerra Mundial e das consequentes independências das colônias africanas. Inicialmente os olhos da diplomacia brasileira estavam direcionados para questão de formação de territórios e suas fronteiras. Mesmo após essa questão estar solucionada, a atenção, propriamente dita, só foi dada à África nos anos 90 do século XX.

Segundo o mesmo autor, para que haja cooperação internacional é necessário que essa relação esteja fortalecida com base em governos estabilizados e notoriamente reconhecidos pelos demais estados. Nesse sentido, a comunidade internacional observa que a maturidade da África efetivamente foi atingida no último biênio. Foram marco para esse amadurecimento a criação da NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, da UA – União Africana, e de outros organismos internos e externos, desenvolvendo a cooperação inter-regional.

Tanto o Brasil como os países da África são novos atores do cenário internacional e da nova política de cooperação mundial. Assediados no período da Guerra Fria e relegados após seu fim, os africanos viram seus países fora da agenda de política externa das potências mundiais. Foi uma oportunidade de buscas de novas parcerias, sem subserviência, para os líderes africanos, a fim de estreitar os laços de cooperação com os países emergentes como o Brasil.

Segundo Mourão, a política externa brasileira praticada nos anos de 1960 e 1970 pode ser chamada de Política Africana, onde nitidamente o Brasil se empenhou em aproximar-se do continente africano, desenvolvendo alguma

¹ Este conceito de vazio de poder no sul atlântico teria raízes na abertura do Canal de Suez e do Panamá, tornando o atlântico sul, uma rota alternativa a qualquer advento que pudesse ocorrer nas novas rotas ocidentais.

liderança internacional junto aos países terceiro-mundistas. Naquele período, a Política Externa Independente dos presidentes Quadros e Goulart (1961-64) e a Diplomacia da Prosperidade do General Médici (1969-74) fizeram esforços concretos de aproximação. Mas o verdadeiro início de uma nova e sistemática política africana ocorreu com o Pragmatismo Responsável do Governo Geisel. Numa atitude corajosa, a diplomacia desse presidente condenou o *Apartheid* e foi o primeiro a reconhecer o governo marxista do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola, até hoje no poder), além da independência das demais ex-colônias portuguesas.

Com essa aproximação, teve início uma intensa colaboração com os países africanos em foros multilaterais de caráter econômico, uma intensa agenda política comum e um comércio crescente que incluía bens e serviços. Mas a permanente guerra na África Austral fez com que os resultados fossem modestos. Havia, ainda, um nó estrangulando essa relação, que somente foi desbaratado com o fim do regime de minoria branca na África do Sul e a eleição de Nelson Mandela em 1993. A rede de transportes e comércio da região converge para a África do Sul, o que veio a facilitar a integração regional a partir de 1993. Faltava acabar com as guerras civis, o que se logrou quase dez anos depois. Nesse meio tempo, o Brasil participou de forças de paz e auxiliou países da região, iniciando uma cooperação sistemática com o gigante sul-africano.

Já na década de 90, com o governo federal nas mãos de Fernando Henrique Cardoso, a política externa deslocou-se para as relações com a Europa, com os EUA e com a própria América do Sul, onde o MERCOSUL configurou-se como prioridade. Mesmo que marginalmente, as relações Brasil – África não cessaram por conta de outras prioridades. Foi nesse período (1996) que se constituiu a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. Entretanto, pouca atenção foi dada à proposta de Mandela de tornar seu país um membro associado ao MERCOSUL.

O foco das exportações do Brasil para a África – incipientes, porém crescentes – são os países componentes da CPLP. A iniciativa da aproximação tem partido inclusive dos empresários brasileiros, com a intenção de realizar parcerias com empresários africanos. Nesse sentido, no ano de 2005 teve início o funcionamento de um escritório do Banco do Brasil na África, dando continuidade ao

trabalho já iniciado pela Vale do Rio Doce, pela Petrobras e por empresas privadas como a Odebrecht, em território africano.

A parceria Brasil-Angola pode ser considerada uma das mais estreitas e bem-sucedidas atualmente, com a participação de empresas constituídas por capital público e privado, angolano e brasileiro. Outras relações estão sendo construídas, como Brasil – Cabo Verde e Brasil – Argélia. Com substanciais reservas de petróleo em seu território, o continente africano tem boa parte de sua produção importada pelo Brasil.

Hoje se esboça uma parceria estratégica entre Brasília e Pretória, e não apenas em relação a temas regionais, mas mundiais como as questões da paz e do desenvolvimento. Ambos os países são líderes de polos de poder regional na conformação de um sistema mundial multipolar. As relações foram ampliadas com o IBAS, que é o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, também chamado de G3. Trata de um acordo feito entre Índia, Brasil e África do Sul de caráter político, estratégico e econômico. Para o Brasil, o G3 tem, hoje, mais importância política que comercial, uma vez que o intercâmbio comercial como Índia e África do Sul ainda é relativamente baixo. Contudo, o apoio político destes países pode ser fundamental para que a política externa brasileira alcance objetivos importantes (como a questão dos subsídios agrícolas na OMC e a reforma do Conselho de Segurança da ONU).

Para dar sustentação a esse movimento em direção à África, o Brasil vem instalando embaixadas e representações diplomáticas em diversos países africanos. Além disso, o Brasil sempre foi atuante e sensível às crises no continente, tendo enviado efetivos militares em diversas missões da ONU na África, com o intuito de verificar o cumprimento de acordos de paz, respeito aos direitos humanos, processos eleitorais, ajuda humanitária, entre outras missões.

Dentre os diversos acordos de cooperação com países africanos, destacam-se os da área da saúde (setor de extrema precariedade na maior parte do continente), de transporte, de agricultura, da cultura e militar (exercícios conjuntos, intercâmbio de escolas).

Podemos dizer que a agenda bilateral com cada país africano tem sido sendo ampliada. A nova configuração da relação Brasil-África e a cooperação sul-atlântica fazem parte da estratégia brasileira de inserção do País no cenário internacional, em parceria com os demais países emergentes daquele continente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

HERNANDÉZ, Leila Leite. As rotas para a independência e o fim do “ultracolonialismo”. In: **A África na sala de aula** – visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HERNANDÉZ, Leila Leite. Quadro geopolítico do continente africano (apêndice 1). In: **A África na sala de aula** – visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

JOHNSON, Paul. A geração Bandung. In: **Tempos Modernos**. O mundo dos anos 20 aos 80. Rio de Janeiro: BIBLIEx; Instituto Liberal, 1994.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et alli* (orgs.). **O Século XX: O tempo das dúvidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque *et alli*. As Relações Brasil – África: de 1990 a 2005. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África: os avatares da cooperação sul-atlântica**. Disponível em: <<http://www2.ena.gov.br/ibas/>>. Acesso em: 6 nov 2008.